
Ana Leal de Faria, Nuno Gonçalo Monteiro (coord),
Castelo Melhor e os seus tempos (1635-1720). Lisboa:
Centro de História da Universidade de Lisboa, 2021,
271 pp. ISBN 9789898068316

Mafalda Soares da Cunha



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/11861>

DOI: 10.4000/lerhistoria.11861

ISSN: 2183-7791

Editora

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Refêrencia eletrónica

Mafalda Soares da Cunha, «Ana Leal de Faria, Nuno Gonçalo Monteiro (coord), *Castelo Melhor e os seus tempos (1635-1720)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2021, 271 pp. ISBN 9789898068316 », *Ler História* [Online], 82 | 2023, posto online no dia 28 março 2023, consultado no dia 01 abril 2023. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/11861> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.11861>

Este documento foi criado de forma automática no dia 1 abril 2023.



Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional - CC BY-NC 4.0
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Ana Leal de Faria, Nuno Gonçalo Monteiro (coord), *Castelo Melhor e os seus tempos (1635-1720)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2021, 271 pp. ISBN 9789898068316

Mafalda Soares da Cunha

- 1 Este livro tem um título que, embora um tudo nada vago – *Castelo Melhor e os seus tempos (1635-1720)* –, sugere a intenção de problematizar a figura desta importante personagem para além da sua biografia, ou seja, investindo fortemente na análise, quer dos diversos contextos associados à sua trajectória vital, quer dos impactos dessa trajectória sobre a casa senhorial e sobre a construção da sua memória. A concretização desta intenção problematizadora fica mais evidente olhando o índice deste livro que inclui uma introdução e sete textos. As autorias são todas universitárias, saídas da mão de historiadores profissionais especialistas no tema ou no período histórico. Já os títulos dos capítulos apontam para uma considerável variedade de temas. A interpretação do título e, depois, a interpretação do índice vão criando no espírito do leitor a convicção da existência de uma interdependência entre a trajectória do 3º conde de Castelo Melhor e os contextos em que ela ocorreu. Vão criando também a ideia de que a compreensão das particularidades do percurso de Luís de Vasconcelos e Sousa exige que a análise da sua vida seja explicada, ou melhor, enquadrada em cronologias mais longas e em dimensões analíticas mais estruturais, o que não impedirá os autores de reconhecerem que a contingência teve um papel relevante no curso dos acontecimentos que o conde protagonizou.
- 2 Deste modo, a preocupação com os contextos é feita através de temas tão diversos como a história da arte, a história diplomática, a história política e institucional, a história

social e económica ou a história do império português. Compreendemos, assim, que a leitura deste livro nos mergulhará na cultura política da época e nas múltiplas formas pelas quais essa cultura política condicionou a vida e a acção da personagem. Mas percebemos igualmente que este mergulho na cultura política seiscentista será feito sem esquematismos simplistas, fugindo a anacronismos, problematizando e dando complexidade à personagem. Importa, no entanto, destacar que estas abordagens mais estruturais não impediram a análise da participação e do impacto de Castelo Melhor no tempo curto, assim descobrindo interessantes linhas de descontinuidade ao longo da sua vida. A combinação destas duas dimensões de análise apoia-se de forma consistente no conhecimento da documentação coeva, pelo que evita muito bem a tentação panegírica e o risco das paixões ideológicas.

- 3 A introdução, de responsabilidade partilhada entre Ana Leal de Faria e Nuno Gonçalo Monteiro, os coordenadores do volume, é um excelente aperitivo para o resto do livro. Além de constituir um guia para os textos seguintes, oferece-nos, como dizem os seus autores, um “roteiro de interrogações” organizado em torno de dois grandes temas. O primeiro interpela o legado de imagens e de representações sobre o 3º conde de Castelo Melhor ao longo dos tempos; o segundo aponta pistas para investigações futuras. Reconhece-se, antes de mais, que o conde de Castelo Melhor é uma personagem razoavelmente conhecida, quer na historiografia, quer entre o grande público. Conhecida, mas controversa. Tal como na época em que o conde viveu, a memória histórica dividiu-se de uma forma complexa e não linear. Como os autores revelam, a apropriação da memória de Castelo Melhor cruzou-se com movimentos em defesa e contra os jesuítas, com posições pró e contra Pombal, entre aqueles que pugnavam pelo reforço do poder régio apoiado no válido e os que defendiam o sistema de governação conciliar protagonizado pela *optima pars* do reino que tinha assento nos conselhos e tribunais superiores. Dicotomias simplificadoras que os autores recusam na fórmula de “conflito de modelos políticos”, preferindo reenviar a explicação dos factos que preencheram a sua longa vida para os dois valores estruturantes da sua identidade social, ou seja, o serviço ao rei e o acrescentamento da sua casa. A forma como a memória da casa, da linhagem – e não necessariamente só a do 3º conde –, foi projectada e perdurou até ao início do século XX é desvendada no último texto do livro, no qual se faz uma excelente análise dos painéis azulejares do Palácio da Rosa e que tem como autor Miguel Metelo de Seixas. Em síntese, visto a partir do índice e da introdução, a proposta do livro parece ser uma releitura mais fundamentada da figura de Castelo Melhor, ou seja, menos apaixonada e menos condicionada ideologicamente.
- 4 Lido o livro, confirma-se esta ideia, pois as novidades e a desconstrução dos estereótipos sobre Castelo Melhor estão escoradas na sólida investigação histórica em que os sete textos assentam, o que quer dizer num aturado trabalho sobre as fontes documentais. Muitas totalmente originais, graças à disponibilização de arquivos privados. Vale a pena sublinhar este facto, pois é uma prática louvável, infelizmente nem sempre seguida pelos proprietários de arquivos de família. As novidades que o livro oferece começam logo com a nova datação do nascimento de Luís de Vasconcelos e Sousa, proposta a partir da minuciosa investigação de Susana Flor sobre a retratística. A data de nascimento não é 1636, mas sim 1635. E, como é sugerido na introdução, os textos subsequentes vão dando informação convincente para demonstrar que Castelo Melhor não tinha, nem corporizou, um projecto político alternativo àquele que existia no reino. Para explicar melhor esta ideia, recorde-se que a cultura política da época se

caracterizava por tomadas de decisão resultantes da busca de soluções casuísticas e não de acordo com uma estratégia para a aplicação de planos previamente concebidos.

- 5 Embora nesta colectânea falte um trabalho específico sobre a acção governativa do 3º conde no período do seu valimento junto do rei Afonso VI (1662-1667), vários capítulos oferecem dados que permitem levantar a hipótese de que a tomada de poder de 1662 não visaria uma alteração do sistema constitucional português, mas tão-só a resolução de um problema sucessório. Como muito, teria personificado um “modelo desestabilizador de equilíbrios tradicionais” como dizem Miguel Dantas da Cruz e Joana Fraga (p. 127). Esses autores desconstróem igualmente a ideia de que Castelo Melhor teria conseguido uma superconcentração de poder ao demonstrar a sua marginalidade nos assuntos imperiais. E fazem-no através da apresentação da desobediência e das dilações no cumprimento das decisões do Conselho Ultramarino permitidas ao conde de Óbidos, no governo-geral do Brasil. Contrastando com Pombal, e usando as palavras destes autores, a sua “influência concreta parecia restringir-se às fronteiras do reino” (p. 119). O argumento merece e carece de ser mais substanciado, mas é, certamente, uma perspectiva de análise sugestiva.
- 6 Além de uma reconstituição impecável do património da casa de Castelo Melhor até ao início da segunda metade do século XVIII, João Paulo Salvado contribui para esta releitura ao demonstrar que o período de maior acumulação de bens doados pela monarquia não correspondeu ao período da vida do 3º conde, mas sim ao do de seu pai. Não nega a relevância económica dos bens incorporados durante a sua vida, embora ressalte que esse significativo acréscimo patrimonial não resultou apenas do seu valimento, mas também e sobretudo dos bens que o seu matrimónio com D. Guiomar de Távora trouxe para a casa. Vale assim salientar que, em 1765, essa casa usufruía de um rendimento anual bastante superior ao da média das casas dos Grandes, colocando-a como a quinta casa aristocrática mais rendosa e a mais rica entre os condes (p. 193). A matização da ideia do valimento como via para aumentar o património da sua casa não desmente que Castelo Melhor se esforçou por estruturar uma facção política própria e que combateu uma outra, na qual pontuava o duque de Cadaval. Parte da justificação da sua má reputação talvez tenham sido estas inimizades cortesãs e não tanto os seus feitos. Ainda na linha de interpretação que tenho vindo a salientar, vale sinalizar a qualidade da análise feita por Nuno Gonçalo Monteiro sobre a prática política seguida por Castelo Melhor na última fase da sua intervenção governativa (Conselho de Estado, 1708-1719). Os dados que esse autor apresenta revelam que a sua actuação não se diferenciava formalmente da de outros conselheiros, nem que ele seria dos mais influentes nos processos de decisão. Os tempos eram outros...
- 7 Os textos acima referidos corroboram a proposta de uma releitura de Castelo Melhor que lhe retira a aura de excepcionalismo. O que quero dizer é que se eliminam os excessos positivos e negativos que a sua memória controversa legou à posteridade, pelo que, de certa maneira, o livro enquadra a personagem nos constrangimentos e desafios dos diferentes tempos e cenários em que viveu. Com efeito, e como os textos de Ana Leal de Faria e de Isabel Cluny demonstram cabalmente, a relevância e influência de Castelo Melhor em matéria de alinhamentos externos e na negociação/consolidação da autonomia de Portugal é indiscutível. Acresce que a riqueza desses dois textos permite-nos repensar o papel da diplomacia na macropolítica, além de nos ajudar a reflectir sobre a relação entre o valimento e a guerra que alguns autores têm sublinhado ser uma estratégia corrente entre os validos. Ou seja, tem sido dito que os favoritos

multiplicavam os contextos de intervenção militar para justificar o fortalecimento do seu poder. Não é, contudo, uma ideia consensual. Outros historiadores, com destaque para J. H. Elliott e Antonio Feros, contestam essa interpretação, em nome da crescente complexidade dos cenários políticos e geoestratégicos internacionais.¹

- 8 Outro dos elementos diferenciadores de Castelo Melhor refere-se às suas qualidades pessoais, fundamento para explicar a tomada de poder em 1662, com 27 anos, e os cinco anos subsequentes. Há que reconhecer a sua invulgar habilidade e capacidade política. Contudo, há que ponderar os factores contingentes: não fora as dificuldades de D. Afonso VI, certamente D. Luísa de Gusmão não teria prolongado a sua regência, o que teria evitado o golpe de 1662. Apesar dos estudos já disponíveis, valeria a pena avaliar de forma mais precisa e mais isenta os contornos da prática governativa durante estes cinco anos de favorito, aqui claramente em falta. E há ainda uma outra questão que esta obra deixa um pouco em aberto: como cruzar essa dimensão mais voluntarista da sua personalidade com a actuação mais discreta da fase de exílio e de desterro da corte?
- 9 A opção seguida pelos coordenadores por uma introdução “enxuta” e pela ausência de considerações finais limitou as respostas que poderiam ser dadas a algumas das questões que os próprios colocaram na introdução. O que se lamenta, embora a riqueza dos textos incluídos neste livro abra pistas aos leitores para esclarecer esta tão intrigante quanto fascinante personagem. Por fim, há que dizer que o livro está redigido de uma forma clara, interessante e com uma escrita fluida, assegurando o prazer da leitura.

NOTAS

1. Ver J. H. Elliott, *El conde-duque de Olivares. El político en una época de decadencia* (Barcelona: Editorial Crítica, 2012) e Antonio Feros, *Kingship and Favoritism in the Spain of Philip III, 1598-1621* (Cambridge: CUP, 2000).

AUTORES

MAFALDA SOARES DA CUNHA

CIDEHUS, Universidade de Évora, Portugal
msc@uevora.pt